



**EDITAL PROCESSO Nº 395/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG**

Torna-se público que o Município de São Gotardo, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco nº. 13, Centro, São Gotardo – MG, CNPJ nº. 18.602.037/0001-55, isenta de inscrição estadual, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Portaria de nº. 009/2025 e 12/2025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 63/2023. E ainda se aplicam as disposições da Lei Complementar nº 123/06, observadas as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

**OBJETO:**

**“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG”.**

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**
- **MODO DE DISPUTA: Aberto**
- **DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/01/2026 as 12:30 horas**
- **SITE PARA CONSULTAS:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) / [www.gov.br/pncp/pt-br/](http://www.gov.br/pncp/pt-br/)  
<http://179.189.86.204/licitacoes/edital.php>
- **TELEFONE PARA CONTATO E E-EMAIL: (34)3671 -7127 / [licitacoesg@gmail.com](mailto:licitacoesg@gmail.com)**
- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: PLATAFORMA DIGITAL – [WWW.LICITANET.COM.BR](http://WWW.LICITANET.COM.BR).**



## 1. DO PREÂMBULO

1.1.A Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG , torna público que fará realizar procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 63/2023. E ainda aplicam-se as disposições da Lei Complementar nº 123/06, observadas as determinações das Leis Federais nº 12.846/13, nº 13.709/18 e demais legislações aplicáveis.

## 2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG”**.

2.2. Em caso de discrepância entre as especificações do objeto descritas nos sites [www.saogotardo.mg.gov.br](http://www.saogotardo.mg.gov.br) / [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) / [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br) e as constantes do Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

## 3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

3.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento poderão ser enviados para o e-mail [licitaçoesg@gmail.com](mailto:licitaçoesg@gmail.com), pelo site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) ou ser entregues diretamente no Sala do Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de São Gotardo na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro.

3.2.1. O documento enviado deverá contar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.

3.2.2. **O pedido de impugnação deverá obrigatoriamente ser anexado na plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).**

3.3. O Pregoeiro, responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



3.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

3.4 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas diretamente no “site” [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) correspondente a este edital e no “site” da **Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG** na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13 – Centro.

3.5.Em caso de indisponibilidade do sistema, os pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados pelo e-mail [licitacaosg@gmail.com](mailto:licitacaosg@gmail.com) , com mesmo prazo e requisitos indicados, devendo o interessado confirmar o recebimento com a equipe de pregão.

3.6. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste procedimento os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, anexos e legislação específica.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio, conforme justificativa para a vedação no Termo de Referência (Anexo I).
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de São Gotardo/MG, nos termos da Lei n. 8.666/93 ou impedimento de licitar e contratar nos termos do artigo 7 da Lei n. 10.520/02;
- c) declarados impedidos de licitar e contratar com o Município de São Gotardo;
- d) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- e) com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- f) estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;
- g) enquadradas nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9 e no art. 14, ambos da Lei Federal 14.133/2021;
- h) cujo objeto social seja incompatível com o desta licitação;
- i) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;



- j) proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos;
- k) empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- l) demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4.2.1. A observância das vedações do subitem 4.2 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

4.2.2. O Pregoeiro verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

### **4.3. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

4.3.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade da aquisição, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecedor o objeto de forma independente.

## **5. DO CADASTRAMENTO**

5.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de São Gotardo/MG por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



6.2. No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

6.2.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital, conforme modelo sugerido no Anexo II;

6.2.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; conforme modelo sugerido no Anexo III;

6.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; conforme modelo sugerido no Anexo IV;

6.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo sugerido no Anexo V;

6.2.5. Não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente, conforme modelo sugerido no Anexo VI;

6.2.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, conforme modelo sugerido no Anexo VII;

6.2.6.1. No(s) item(ns)/grupo(s)/lote(s) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.2.6.2. No(s) item(ns)/ grupo(s)/lote(s) em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.3. O licitante que apresentar declaração falsa estará sujeito às sanções previstas neste edital e anexos.



6.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.





## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor unitário e/ou total do item.

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Quantidade

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados ou o percentual de desconto, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01(UM) centavo.

8.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.8. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Pregoeiro, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item anterior.

8.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.





8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



8.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas

da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de

pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.19.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

8.22.1 A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

8.22.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.



8.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.22.4. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.22.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste edital e anexos.

8.22.5.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:

- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;
- b) de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

8.22.5.2. Quando da convocação da proposta adequada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência – item “Dos critérios de aceitabilidade da proposta” (Anexo I), enviando, conforme modelo, caso seja ali exigido.

8.22.5.2.1. O Pregoeiro poderá exigir que a proposta adequada seja enviada por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **www.licitanet.com.br**.

8.22.5.3. Juntamente com a proposta adequada a empresa deverá apresentar Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no Anexo VIII;

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 4.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).



9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às beneficiárias da LC 123/06, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.1.1 e 6.2.6 deste Edital.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 63 de 28 de março de 2023.

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1 conter vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital e anexos, desde que insanável.

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.

9.7. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos art. 34 do Decreto Municipal nº 62/2023, bem como na legislação cabível.

9.8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresenta-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.

9.8.1. A convocação será feita pelo Pregoeiro no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.

9.8.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ções) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.





## 10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos de habilitação previstos no Termo de Referência serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

10.1.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 2(duas) horas, contados da convocação efetuada pelo Pregoeiro.

10.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **www.licitanet.com.br** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

10.3. A verificação pelo Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.4.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.4.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/06 somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

10.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da





administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.8.2. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

10.8.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.9.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão

traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.10. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste edital, no item “Das Condições de Participação”.

10.11. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**A. Ato Constitutivo;**

**1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

**2.** Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor<sup>1</sup>, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

<sup>1</sup> Nota Explicativa - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.



3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
  4. Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
  5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;
  6. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- B.** Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- C.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- D.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- E.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- F.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- G.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- H.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;



**H.1.** A empresa que esteja em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

**10.11.1.** Além das documentações acima, deverá ser apresentado também conforme **Termo de Referência**, as documentações técnicas, sendo as mesmas habilitatórias.

**10.11.2. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

**EM SE TRATANDO DE QUESTÃO TÉCNICA DA DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO, ESSA PARTE FICARÁ SOB RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL MAURICIO PONTES, ASSESSOR ESPECIAL.**

10.12. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Pregoeira, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

10.13. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma;

10.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

10.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

10.17. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;

10.18. Para efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006, inclusive nos Editais destinados exclusivamente a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deve ser apresentada a declaração constante do ANEXO VII, juntamente com a **CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL EMITIDA PELA JUNTA COMERCIAL** competente, emitida nos últimos **90 dias**, comprovando



ser a licitante, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, para participar do certame nesta condição, quando for o caso, (a falta desta certidão não inabilita a empresa, porém, a mesma perde o direito do benefício da Lei Complementar nº. 123/2006).

10.19. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será reputado habilitado e será declarado vencedor do item/grupo/lote.

**10.20. Quando o documento não contiver de forma expressa o prazo de sua validade, será esse considerado como 90 (noventa) dias contados de sua expedição/emissão.**

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na

sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.6.1 Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

11.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.



## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.9. Fraudar a licitação;

13.2. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



13.2.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.2.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2.4. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.4.1. advertência;

13.2.4.2. multa;

13.2.4.3. impedimento de licitar e contratar;

13.2.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.





13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.2.4.1. e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, 13.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores esta, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Demais critérios e análises, bem como percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

#### **14. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

14.1. Nos procedimentos licitatórios e nas contratações realizados pelo Município de São Gotardo/MG serão observadas as determinações que se seguem.

14.2. O Município exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

14.2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;

14.2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um contrato em detrimento do Contratante;

14.2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os



preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;

14.2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva” significa:

14.2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda

ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação;

14.2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

14.3. O Município rejeitará a proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.

14.4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

15.3. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

15.4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.



15.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.8. A tolerância do Município de São Gotardo/MG com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.

15.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.10. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

15.11. Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Pregoeiro ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.

15.12. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste edital e Anexos.

15.13. O Licitante/Contratado/Fornecedor/Conveniado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

15.16. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

15.16.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



15.17. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

15.17.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto na Lei 14.133/21.

15.18. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.19. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites [www.saogotardo.mg.gov.br](http://www.saogotardo.mg.gov.br) / [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.20. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de São Gotardo/MG.

15.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.22.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.22.2. ANEXO II – Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

15.22.3. ANEXO III – Modelo de declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

15.22.4. ANEXO IV – Modelo de declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

15.22.5. ANEXO V – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

15.22.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente;

15.22.7. ANEXO VII – Modelo de declaração para o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido



estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

15.22.8. ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

15.22.9. ANEXO IX – Minuta do Contrato.

São Gotardo/MG , São Gotardo 30 de dezembro de 2025.

**CÉSAR JOSÉ BARBOSA**

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano/Obras Públicas





## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG.

**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO

**TIPO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR PONTO (EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO)

**ÓRGÃO DEMANDANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS  
**MUNICÍPIO:** SÃO GOTARDO/MG

#### 1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa de engenharia elétrica especializada, devidamente registrada no CREA/MG, para a execução contínua dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial da rede de iluminação pública do Município de São Gotardo/MG, predominantemente composta por luminárias em tecnologia LED.

A prestação dos serviços deverá contemplar todas as áreas urbanas, distritos e povoados, abrangendo vias públicas, praças, parques, avenidas, logradouros e demais espaços de domínio público, garantindo a plena operação, eficiência luminotécnica, segurança elétrica e sustentabilidade ambiental do sistema municipal de iluminação pública.

A execução compreenderá, de forma integrada e permanente, as seguintes atividades técnicas:

- I. Manutenção preventiva: inspeções rotineiras, testes elétricos, reaperto de conexões, limpeza e conservação de luminárias, verificação de aterramentos e substituição programada de componentes conforme vida útil;
- II. Manutenção corretiva: substituição de luminárias, relés fotoelétricos, cabos, conectores, braços e suportes danificados, com recomposição funcional imediata dos pontos inoperantes;
- III. Atendimento emergencial 24h: execução de reparos de urgência em casos de acidentes, quedas de rede, riscos elétricos, incêndios ou intempéries, com tempo máximo de resposta de 24 horas;
- IV. Serviços complementares: revisão e adequação de quadros de comando e circuitos, poda de galhos interferentes, nivelamento de luminárias e descarte ambientalmente correto de resíduos elétricos, com emissão de Certificado de Destinação Final (CDF).
- V. A contratada deverá fornecer mão de obra qualificada, veículos e equipamentos apropriados (inclusive caminhão com cesto aéreo isolado), ferramentas dielétricas, EPIs e EPCs, e todos os materiais necessários, garantindo a execução segura, contínua e tecnicamente padronizada do serviço.



Os serviços deverão obedecer integralmente às normas técnicas e de segurança vigentes, em especial:

- I. ABNT NBR 5101:2018 – Iluminação pública – Procedimentos;
- II. ABNT NBR 5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- III. ABNT NBR 15129:2022 – Luminárias;
- IV. NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- V. NR-35 – Trabalho em Altura;
- VI. Resoluções ANEEL nº 414/2010 e nº 1000/2021 – Condições gerais de fornecimento de energia elétrica e responsabilidades sobre o sistema de iluminação pública.

A contratada deverá manter o índice mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) de pontos operantes em todo o parque de iluminação, mediante execução técnica comprovada e fiscalização mensal.

O regime de execução será de empreitada por preço unitário, considerando como unidade de medição o ponto de iluminação pública mantido em operação, conforme medições atestadas pela fiscalização técnica designada.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E FINALIDADE**

A presente contratação tem como fundamento técnico e legal o Estudo Técnico Preliminar D.U. nº 18/2025, elaborado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, que analisou as necessidades, alternativas de solução, riscos e viabilidade econômica da manutenção da rede de iluminação pública do Município de São Gotardo/MG, em conformidade com o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Município é o titular do sistema de iluminação pública, conforme disposto no art. 30, inciso V, da Constituição Federal e nas Resoluções ANEEL nº 414/2010 e nº 1000/2021, sendo-lhe atribuída a competência pela gestão, manutenção, ampliação, modernização e operação das instalações e equipamentos que compõem o parque de iluminação pública.

Atualmente, o sistema municipal é majoritariamente composto por luminárias com tecnologia LED, distribuídas em aproximadamente 6.969 pontos de iluminação, cuja operação contínua é indispensável para a segurança urbana, mobilidade noturna, prevenção de acidentes e valorização do espaço público.

Entretanto, constatou-se que a execução direta pelo Município seria tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa, uma vez que demandaria:

- a) estrutura operacional específica (eletricistas, engenheiro eletricista, frota de caminhões com cesto aéreo, estoque permanente de peças e insumos);
- b) implantação de sistema informatizado de controle de ocorrências e equipes de plantão 24h;
- c) e aumento permanente de despesas de pessoal e encargos, impactando o limite prudencial da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Dessa forma, a execução indireta mediante contratação de empresa especializada, via licitação pública, mostrou-se a solução mais racional, eficiente, segura e sustentável, assegurando a economicidade e a continuidade do serviço essencial, com gestão técnica profissionalizada,



cumprimento das normas da ABNT (NBR 5101, NBR 5410 e NBR 15129), e otimização dos indicadores de desempenho do parque de iluminação pública.

A alternativa contratual ora proposta atende aos princípios da eficiência, eficácia, economicidade, planejamento e transparência previstos nos arts. 5º, 11 e 12 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes do Plano Municipal de Iluminação Pública e às políticas de eficiência energética previstas na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 e na Lei Federal nº 9.991/2000.

Além disso, a medida contribui para:

- a) a redução de custos operacionais e de consumo de energia;
- b) o aumento da segurança viária e patrimonial;
- c) a valorização urbanística e paisagística dos espaços públicos;
- d) e o cumprimento da função social e ambiental do serviço público, mediante a adoção de práticas de descarte e reciclagem ambientalmente adequadas, com emissão de Certificados de Destinação Final (CDF) para resíduos elétricos.

Por fim, a contratação fundamenta-se nos arts. 18, 23, 56, 117 e 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo-se como instrumento técnico essencial da fase de planejamento da contratação, destinado a subsidiar a elaboração do edital, o Termo de Contrato e o acompanhamento da execução contratual, garantindo que a prestação dos serviços ocorra de forma eficiente, segura e em conformidade com os parâmetros normativos e legais aplicáveis.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública do Município de São Gotardo/MG, abrangendo a substituição, instalação e reparo de componentes elétricos e luminotécnicos, bem como a execução de inspeções periódicas e atendimento emergencial, garantindo o funcionamento contínuo e seguro de todo o sistema de iluminação municipal.

A execução dos serviços compreenderá as seguintes atividades técnicas principais:

- a) Manutenção preventiva, com inspeções periódicas para verificação de pontos de iluminação, substituição programada de lâmpadas e componentes com vida útil vencida, limpeza de luminárias e aferição de conexões elétricas;
- b) Manutenção corretiva, abrangendo a substituição de luminárias LED queimadas, relés fotoelétricos, braços de luminária, conectores, fiações e demais componentes danificados, bem como o restabelecimento imediato dos pontos apagados.
- c) Atendimento emergencial, com equipes de plantão para solução de falhas críticas e situações que comprometam a segurança pública ou o trânsito, dentro do prazo de resposta estabelecido em contrato;
- d) Fornecimento integral de materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços, observando as normas técnicas aplicáveis;
- e) Emissão de relatórios técnicos mensais, com registros de manutenção, número de pontos atendidos, quantitativos de substituições e ocorrências de campo.

A execução contratual deverá observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT NBR 5101:2018 (Iluminação Pública – Procedimentos) e ABNT NBR 5410:2004 (Instalações elétricas



de baixa tensão), bem como as especificações e padrões exigidos pela CEMIG, de modo a assegurar a conformidade técnica e operacional do sistema.

Os serviços serão prestados sob o regime de empreitada por preço unitário, com medições mensais conforme ordens de serviço emitidas pela fiscalização municipal. A Secretaria Municipal de Obras Públicas será responsável pelo acompanhamento, medição e fiscalização da execução, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a observância das condições contratuais e a qualidade técnica dos serviços executados.

A escolha da execução indireta, mediante contratação especializada, justifica-se pela necessidade de mão de obra técnica específica, equipamentos apropriados e logística operacional própria, que não integram o quadro funcional ou o patrimônio da Administração. Dessa forma, a solução mais adequada e vantajosa para o Município é a terceirização da manutenção da rede de iluminação pública, assegurando continuidade, qualidade e eficiência na prestação do serviço.

A contratação será formalizada por Pregão Eletrônico, modalidade adequada para serviços de natureza comum, conforme previsto no art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e terá como critério de julgamento o menor preço por item ou por ponto de manutenção, observando as diretrizes de economicidade, eficiência e transparência administrativa.

A adoção dessa solução permitirá ao Município manter em pleno funcionamento os 6.969 pontos de iluminação pública existentes, abrangendo todos os bairros, distritos e povoados, conforme o levantamento técnico constante no DFD nº 62/2025 – OP, promovendo segurança, conforto e valorização dos espaços públicos de São Gotardo/MG.

#### **4. ESCOPO E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução dos serviços deverá compreender todas as atividades necessárias para garantir a operacionalidade plena, segurança elétrica, eficiência luminotécnica e durabilidade do sistema de iluminação pública municipal. As intervenções deverão observar o princípio da prestação contínua e preventiva, com foco na qualidade, rastreabilidade e conformidade normativa.

A contratada será responsável pela gestão técnica, operacional e documental dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, bem como pela disponibilização de equipes qualificadas, veículos, materiais e sistemas de controle eletrônico das ocorrências. Cada serviço deverá ser acompanhado de registro fotográfico georreferenciado (antes e depois da execução) e informações cadastrais atualizadas em planilha digital.

##### **4.1 Manutenção Preventiva**

Tem como objetivo a conservação sistemática e a prevenção de falhas, reduzindo a probabilidade de interrupções no fornecimento de iluminação e prolongando a vida útil dos equipamentos. Deverão ser executadas rotinas mensais de inspeção e manutenção conforme plano aprovado pela fiscalização.

##### **Principais atividades:**

- a) Inspeção visual e termográfica de luminárias, suportes, condutores e conexões elétricas;
- b) Limpeza técnica de difusores, refletores e braços metálicos para garantir fluxo luminoso adequado;



- c) Reaperto de bornes, conectores e fixações metálicas;
- d) Substituição preventiva de fotocélulas, relés e parafusos de fixação conforme vida útil estimada;
- e) Medição de tensão e corrente elétrica nos circuitos alimentadores;
- f) Verificação de aterramento e continuidade elétrica das estruturas metálicas;
- g) Teste de isolamento de condutores, conforme NBR 5410:2004;
- h) Atualização de cadastros técnicos e relatórios digitais mensais contendo georreferenciamento dos pontos vistoriados.

#### **4.2 Manutenção Corretiva**

Destina-se à restauração imediata da funcionalidade de pontos inoperantes, devendo ocorrer de forma planejada ou emergencial conforme o tipo de falha identificada.

##### **Principais atividades:**

- a) Substituição de luminárias LED, fotocélulas, conectores, fusíveis e cabos danificados;
- b) Correção de curtos-circuitos, fugas de corrente, mau contato e falhas em alimentadores;
- c) Substituição ou reforço estrutural de braços metálicos, suportes e buchas oxidadas;
- d) Reposicionamento e nivelamento de luminárias para adequação do ângulo de projeção do fecho luminoso;
- e) Reparo e adequação de quadros de comando, relés fotoelétricos e caixas de passagem;
- f) Reposição de componentes vandalizados, furtados ou deteriorados por intempéries;
- g) Inspeção final de verificação, com medições elétricas, ensaio funcional e registro fotográfico do ponto recuperado.

Substituição e reparo de equipamentos e acessórios com defeito: Os serviços incluirão também a substituição ou reparo de quaisquer equipamentos e componentes que apresentem inconformidades no ponto de iluminação pública, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Lâmpadas queimadas ou quebradas;
- b) Relés fotoelétricos com defeito;
- c) Chaves magnéticas com defeito;
- d) Tampas em postes de acesso aos fusíveis ausentes ou danificados;
- e) Bases para fusíveis e fusíveis com defeito;
- f) Soquetes danificados;
- g) Braços de luminárias em final de vida útil;
- h) Luminárias ou projetores defeituosos ou em mau estado de conservação;
- i) Rede de alimentação aérea ou subterrânea interrompida;
- j) Fiação interna dos braços e postes;
- k) Conectores em mau estado ou com oxidação.





Essas ações deverão ser executadas com materiais de reposição certificados e em conformidade com as normas **ABNT NBR 5101**, **NBR 5410** e **NBR 15129**, garantindo a recomposição imediata do ponto e o desempenho luminotécnico adequado.

### **Critérios Técnicos Complementares**

Todos os componentes substituídos deverão possuir certificação compulsória do INMETRO, vida útil mínima de 50.000 horas (para luminárias LED) e eficiência luminosa superior a 120 lm/W;

Os materiais substituídos deverão ser registrados em planilha de rastreabilidade contendo fabricante, modelo, data de instalação e número de série;

Após cada substituição, deverão ser realizados ensaios de continuidade, isolamento e medição de tensão nos condutores de fase, neutro e proteção, conforme ABNT NBR 5410:2004, assegurando ausência de fuga de corrente e conformidade com os limites de resistência ôhmica definidos em norma;

Cada intervenção corretiva deverá gerar registro digital individualizado, com coordenada geográfica, identificação do ponto, tipo de serviço executado, componente substituído, número da ordem de serviço (OS) e imagens do antes e depois;

As informações deverão ser integradas ao banco de dados georreferenciado municipal, conforme diretrizes da Resolução ANEEL nº 1000/2021;

Durante a execução dos serviços, deverá ser garantido o desligamento temporário do circuito elétrico, com bloqueio e sinalização preventiva, conforme NR-10, e uso obrigatório de EPIs, EPCs e ferramentas dielétricas certificadas;

A reenergização somente poderá ocorrer após teste de isolamento e emissão de check-list de segurança;

Será considerada não conforme qualquer substituição de luminária ou componente cuja potência, fluxo luminoso ou temperatura de cor variem mais de  $\pm 10\%$  em relação às especificações originais do projeto;

As não conformidades deverão ser corrigidas em até 72 horas, sob pena de glosa proporcional na medição mensal;

Os componentes removidos deverão ser armazenados separadamente por tipologia (metálicos, eletrônicos, plásticos) e encaminhados a empresas licenciadas para destinação final ambientalmente adequada, com emissão de Certificado de Destinação Final (CDF) e nota fiscal de recebimento ambiental.

### **4.3 Serviços Emergenciais e Especiais**

Os serviços emergenciais deverão garantir o restabelecimento da iluminação pública em situações críticas, de risco elétrico, acidentes ou intempéries. O atendimento deverá ser ininterrupto (24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados), obedecendo aos seguintes prazos máximos:

<b>Tipo de ocorrência</b>	<b>Prazo máximo de atendimento</b>	<b>de Observações</b>
---------------------------	------------------------------------	-----------------------





Falhas críticas (curto, risco elétrico, cabo rompido)	24 horas	Atendimento imediato e priorizado
Correções não emergenciais	72 horas	Inclui substituições simples e ajustes de rotina
Ocorrências de grande porte (desabamento, vandalismo)	Até 5 dias	Sujeito a liberação da via e condições climáticas

As ocorrências deverão ser registradas em sistema digital próprio, contendo número de protocolo, tipo de serviço, localização georreferenciada, data/hora do chamado, início e conclusão do atendimento.

#### 4.4 Serviços Complementares

Além das manutenções rotineiras, a contratada deverá executar atividades complementares que assegurem a padronização técnica e a segurança operacional do sistema:

- Poda técnica de galhos que obstruam o fluxo luminoso, em conformidade com as normas ambientais e mediante autorização da Secretaria competente;
- Limpeza, alinhamento e nivelamento de luminárias e braços metálicos;
- Revisão e adequação de quadros de comando e relés fotoelétricos;
- Revisão de cabos de alimentação, conexões e dispositivos de proteção;
- Implantação de novos pontos, mediante autorização expressa da Administração e emissão de ART complementar;
- Transporte, armazenamento e descarte ambientalmente correto dos resíduos elétricos, com emissão mensal de Certificados de Destinação Final (CDF);
- Apresentação de relatórios técnicos mensais, contendo indicadores de desempenho (KPIs), produtividade das equipes, tempo médio de atendimento e percentual de pontos operantes.
- A execução deverá atender integralmente às normas ABNT NBR 5101, NBR 5410 e NBR 15129, além das exigências de segurança previstas nas NR-10 e NR-35, garantindo conformidade técnica, rastreabilidade documental e eficiência energética do sistema municipal de iluminação pública.

### 5. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 5.1 Obrigações da Contratada

- Disponibilizar equipes técnicas qualificadas, devidamente uniformizadas e identificadas, com comprovação de capacitação em NR-10 e NR-35;
- A contratada deverá manter equipes técnicas residentes no município durante todo o período contratual;
- Disponibilidade imediata de materiais de reposição, mantidos em estoque próprio ou em ponto comercial físico instalado no município, de modo a assegurar a pronta execução dos serviços.



- d) Manter à disposição veículos e equipamentos apropriados, incluindo caminhões com cesto aéreo isolado, ferramentas dielétricas, dispositivos de medição e materiais de reposição;
- e) Cumprir integralmente o cronograma de manutenção preventiva e os prazos de atendimento corretivo e emergencial;
- f) Responsabilizar-se pela integridade dos equipamentos, ferramentas e EPIs utilizados;
- g) Adotar todas as medidas de segurança do trabalho e ambientais exigidas por lei;
- h) Garantir a rastreabilidade dos serviços, por meio de registros digitais e relatórios fotográficos georreferenciados;
- i) Submeter à fiscalização relatórios mensais contendo número de pontos atendidos, tempo médio de atendimento, ocorrências registradas e índice de pontos operantes;
- j) Emitir e apresentar Certificados de Destinação Final (CDF) para todos os resíduos e materiais descartados;
- k) Reparar, às suas expensas, quaisquer danos causados a bens públicos ou privados decorrentes da execução dos serviços;
- l) Manter comunicação direta e contínua com a fiscalização municipal, por meio de canal oficial disponibilizado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas;
- m) Executar todos os serviços descritos neste Termo de Referência, de forma contínua, segura e conforme as normas técnicas aplicáveis;
- n) Fornecer mão de obra qualificada, materiais, veículos, equipamentos e ferramentas necessários à perfeita execução dos serviços;
- o) Cumprir integralmente as normas de segurança e saúde do trabalho, especialmente as NR-10 e NR-35, garantindo o uso de EPIs e EPCs certificados;
- p) Manter em operação central de controle e comunicação disponível 24h para registro de ocorrências e acionamento de equipes de campo;
- q) Apresentar relatórios mensais de desempenho, contendo dados de produtividade, índices de pontos operantes, indicadores de desempenho e registros fotográficos;
- r) Permitir livre acesso da fiscalização aos locais de execução dos serviços, disponibilizando todos os documentos e informações solicitadas;
- s) Garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mediante emissão de Certificados de Destinação Final (CDF);
- t) Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência contratual.

## 5.2 Proximidade Operacional

Considerando que os serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial da rede de iluminação pública do Município de São Gotardo/MG possuem caráter essencial, contínuo e inadiável, a empresa contratada deverá manter base operacional ou ponto de apoio técnico em localidade situada em São Gotardo/MG ou em município limítrofe, de modo a garantir o atendimento emergencial no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme item 4.3 deste Termo de Referência.

Essa exigência justifica-se pela necessidade de assegurar a eficiência logística, a pronta resposta às ocorrências críticas, o cumprimento das metas de desempenho (KPIs) e a redução de



riscos operacionais e de segurança elétrica da população, conforme os arts. 11, inciso II, 12, inciso I, e 115 da Lei Federal nº 14.133/2021, que tratam da eficiência, planejamento e desempenho contratual.

A comprovação da estrutura local poderá ser realizada mediante apresentação de declaração de disponibilidade de base operacional, contendo endereço, meios de contato e comprovação de capacidade técnica para armazenamento de materiais, veículos e equipamentos necessários à execução contratual.

### **5.3 Rondas de Inspeção Técnica**

- a) Realizar rondas técnicas de inspeção diurnas e noturnas em intervalos regulares, com o objetivo de identificar falhas, anomalias e inconformidades nos pontos de iluminação pública, mesmo sem solicitação da Administração;
- b) As rondas deverão abranger 100% do território urbano, distritos e povoados, com foco em vias principais, praças, parques e locais de grande circulação;
- c) Cada ronda deverá gerar relatório digital georreferenciado, contendo mapa de percurso, pontos verificados, defeitos identificados e ações corretivas executadas;
- d) A periodicidade mínima será de uma ronda completa a cada quinze dias, podendo ser aumentada por determinação da fiscalização, conforme a demanda e criticidade das áreas;
- e) Os relatórios de rondas integrarão o sistema informatizado de gestão contratual e serão considerados indicadores de desempenho (KPI) para fins de avaliação mensal;
- f) O não cumprimento das rondas técnicas de inspeção constituirá infração contratual, sujeita à glosa proporcional e às demais penalidades previstas neste Termo e na legislação aplicável.

### **5.4 Obrigações da Contratante**

- a) Fornecer à contratada todas as informações e documentos necessários à execução dos serviços;
- b) Designar formalmente o gestor e os fiscais técnicos do contrato;
- c) Atestar os serviços executados e autorizar os pagamentos de acordo com as medições apresentadas;
- d) Comunicar formalmente quaisquer falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços;
- e) Assegurar condições de acesso às áreas de intervenção e colaborar para a execução eficiente do contrato.

### **5.5 Obrigações da Contratante**

- a) Designar gestor e fiscais técnicos do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, adotando as medidas corretivas necessárias;



- c) Emitir ordens de serviço, autorizações e notificações relacionadas às manutenções e substituições;
- d) Proceder à medição e conferência mensal dos serviços executados, atestando as faturas correspondentes;
- e) Efetuar os pagamentos conforme cronograma e medições devidamente atestadas
- f) Disponibilizar informações e apoio técnico necessários à execução dos serviços;
- g) Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade observada.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

A medição dos serviços será realizada de forma mensal, técnica e quantitativa, sob responsabilidade da fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, garantindo rastreabilidade, precisão e conformidade com o contrato.

A aferição da execução será baseada nos relatórios mensais de serviços elaborados pela contratada, contendo descrição detalhada das atividades executadas, registros fotográficos georreferenciados, dados de controle de produtividade e planilhas de medições assinadas digitalmente. Somente serão considerados para fins de pagamento os pontos de iluminação pública efetivamente mantidos em pleno funcionamento, comprovados pela fiscalização.

### **Critérios técnicos de medição:**

- I. **Unidade de medida:** ponto de iluminação pública mantido em operação;
- II. **Período de medição:** mensal, com base nos serviços executados no mês civil anterior;
- III. **Comprovação da execução:** relatórios técnicos, registros fotográficos, planilhas de ocorrências e inspeções in loco;
- IV. **Ateste técnico:** emitido pelo fiscal responsável, mediante conferência física e documental das informações apresentadas pela contratada;
- V. **Sistema de controle:** deverá ser informatizado, permitindo rastreamento por coordenadas GPS, número de ponto e histórico de manutenção.

Os serviços serão remunerados por preço unitário, calculado pelo número de pontos efetivamente mantidos e atestados, de acordo com o regime de empreitada por preço unitário previsto no edital. Ocorrências não executadas ou pontos inoperantes não serão incluídos no cômputo de medição.

### **Procedimentos para pagamento:**

- I. A contratada apresentará a nota fiscal eletrônica acompanhada do relatório mensal de medição, até o 5º dia útil do mês subsequente;
- II. A fiscalização realizará análise e conferência da documentação, podendo solicitar diligências ou ajustes;
- III. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após o ateste definitivo, conforme o art. 145 da Lei nº 14.133/2021;
- IV. Serão exigidas comprovações de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e FGTS, além de certidões negativas de débitos;



- V. Em caso de glosa parcial, a contratada deverá justificar tecnicamente a divergência e apresentar correção em até 5 dias úteis.

### Disposições complementares:

- I. O pagamento está condicionado à inexistência de pendências contratuais ou infrações administrativas;
- II. Havendo atraso injustificado na execução dos serviços ou reincidência de falhas, a Administração poderá aplicar glosa proporcional no valor da medição, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- III. O reajuste contratual observará o índice oficial previsto no edital (INCC ou IPCA), conforme o disposto no art. 135 da Lei nº 14.133/2021;
- IV. Caso haja adiantamento de valores, este somente poderá ocorrer nas hipóteses do art. 145, §2º, da Lei nº 14.133/2021, mediante garantia correspondente.

## 7. INDICADORES DE DESEMPENHO (KPIs)

Para assegurar a qualidade e a continuidade do serviço público de iluminação, serão utilizados Indicadores de Desempenho (KPIs) que permitirão o acompanhamento técnico, quantitativo e qualitativo da execução contratual. Esses indicadores têm por finalidade mensurar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos serviços prestados, em conformidade com o art. 115 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os resultados apurados servirão como base para a avaliação de desempenho da contratada, possibilitando o controle da Administração sobre a prestação do serviço, bem como a aplicação de glosas, penalidades ou bonificações, quando cabíveis.

### 7.1 Indicadores de Avaliação Técnica e Operacional

Indicador	Descrição	Meta Mínima	Método de Verificação	de Critério de Avaliação
<b>Índice de pontos operantes</b>	Percentual de luminárias em pleno funcionamento sobre o total de pontos existentes.	$\geq 95\%$	Relatórios mensais, inspeções de campo e sistema de monitoramento.	Abaixo da meta: glosa proporcional no pagamento.
<b>Tempo médio de atendimento emergencial (TMAE)</b>	Tempo entre o registro da ocorrência e o reparo efetivo.	$\leq 24h$	Sistema informatizado de ordens de serviço e relatórios de plantão.	Atraso > 24h: glosa de 2% por ocorrência.
<b>Tempo médio de atendimento corretivo (TMAC)</b>	Tempo entre solicitação e execução de reparos emergenciais.	$\leq 72h$	Relatórios operacionais mensais e registros digitais.	Atraso > 72h: glosa proporcional.
<b>Cumprimento plano</b>	Percentual de execuções realizadas	100%	Cronogramas atestes e fiscalização.	Descumprimento: advertência e glosa.





**manutenção preventiva (PMP)** conforme cronograma mensal.

**Índice de reincidência falhas (IRF)** de Ocorrências repetidas de no mesmo ponto em  $\leq 3\%$  até 30 dias.

Relatórios comparativos de manutenção. Acima da meta: plano corretivo obrigatório.

**Satisfação usuário comunidade** do Percentual de reclamações e procedimentos  $\leq 5\%$  registradas.

Relatórios Ouvidoria e Fiscalização. Acima da meta: plano de melhoria e advertência.

**Desempenho segurança e meio ambiente** de Conformidade com normas NR-10, NR-35 100% e descarte com CDF.

Relatórios de EPI, treinamentos e CDFs. Não conformidade: suspensão até regularização.

## 7.2 Monitoramento e Controle

A contratada deverá disponibilizar sistema informatizado de gestão e controle operacional, integrado à fiscalização municipal, permitindo acompanhamento em tempo real das ocorrências e indicadores.

O desempenho será avaliado mensalmente, em reuniões técnicas entre contratante e contratada, com registro em ata.

A cada trimestre será elaborado Relatório de Desempenho Consolidado, comparando resultados, metas e eventuais ajustes necessários.

Caso o desempenho global da contratada seja inferior a 90% das metas estabelecidas por dois meses consecutivos, poderá ser instaurado procedimento de apuração contratual, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

Indicadores acima de 98% de cumprimento poderão ensejar pontuação positiva para futuras contratações, conforme critérios de desempenho previstos no art. 88, §4º da mesma Lei.

## PLANILHA DE MONITORAMENTO E CONTROLE – CONTRATO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Indicador (KPI)	Meta Mínima	Valor Aferido (Mês)	Conforme? (Sim/Não)	Glosa (%)	Observações Técnicas / Ações Corretivas
Índice de Operantes (%)	Pontos $\geq 95\%$				
Tempo Médio de Atendimento Emergencial (h)	$\leq 24h$				
Tempo Médio de Atendimento Corretivo (h)	$\leq 72h$				
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (%)	100%				





Indicador (KPI)	Meta Mínima	Valor Aferido (Mês)	Conforme? (Sim/Não)	Glosa (%)	Observações Técnicas / Ações Corretivas
Reincidência de Falhas no Mesmo Ponto (%)	$\leq 3\%$				
Conformidade com NR-10 / NR-35	100%				
Relatórios e Registros Georreferenciados (%)	100%				
Entrega de CDFs e Descarte Ambiental (%)	100%				
Satisfação do Usuário (Ouvidoria)	$\leq 5\%$	Reclamações			

O descumprimento reiterado das metas acima poderá ensejar a aplicação de advertência, glosa de pagamento, multa contratual ou rescisão, conforme disposto nos arts. 137 a 141 da Lei nº 14.133/2021.

## 8. GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

Em conformidade com os arts. 7º, 11, 115, 117 e 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por agentes públicos formalmente designados, que atuarão de maneira integrada, sistemática e documentalmente rastreável, garantindo o pleno atendimento das obrigações técnicas, operacionais, ambientais e de segurança previstas neste Termo de Referência.

Para tanto, ficam designados:

Gestora do Contrato: Larissa Xavier Camargos, Matrícula 30191;

Fiscal Técnico e analítico documental: Maurício Pontes, Matrícula 30201;

Autoridade Supervisora: César José Barbosa, Matrícula 10868.

A atuação conjunta desses agentes assegurará o rigor técnico, a qualidade da execução e a aderência às normas da ABNT, às Normas Regulamentadoras e às Resoluções ANEEL aplicáveis à iluminação pública.

### 8.1 Gestão e Fiscalização Contratual

A gestão e a fiscalização deste contrato serão realizadas nos termos dos arts. 11, 115, 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o acompanhamento técnico, administrativo e operacional da execução. Para tal finalidade, ficam designados: **Larissa Xavier Camargos**, Matrícula **30191**, como Gestora do Contrato; **Maurício Pontes**, Matrícula **30201**, como Fiscal Técnico e analítico documental; e **César José Barbosa**, Matrícula **10868**, Secretário Municipal de Obras Públicas, na função de autoridade supervisora. Esses agentes serão responsáveis por assegurar a conformidade dos serviços com as normas técnicas, de segurança e ambientais aplicáveis.



Compete à fiscalização verificar a execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, acompanhar o cumprimento dos cronogramas, avaliar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e conferir o atendimento às normas ABNT (especialmente NBR 5101, 5410 e 15129) e às NRs de segurança, como NR-10 e NR-35. A fiscalização deverá ainda registrar evidências fotográficas georreferenciadas, manter checklists padronizados e garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos mediante apresentação de Certificado de Destinação Final (CDF).

A Gestora do Contrato será responsável por consolidar as informações da fiscalização e elaborar relatórios técnicos mensais, contendo medições, indicadores de desempenho, análises de conformidade e registro de ocorrências. Esses relatórios serão submetidos para ateste e integrarão o processo de controle da execução contratual, permitindo rastreabilidade e transparência.

Reuniões técnicas mensais serão realizadas entre a Administração e a contratada, para avaliação dos indicadores de desempenho (KPIs), análise de metas, discussão de desvios e definição de medidas corretivas e preventivas. Essas reuniões serão registradas em ata e comporão o histórico de governança contratual.

Toda a execução deverá ser registrada em sistema informatizado, com rastreabilidade completa das intervenções, permitindo auditoria pela Controladoria Interna e demais órgãos de controle. A ausência ou inconsistência de documentos, dados operacionais ou evidências técnicas poderá ensejar glosa, advertência ou outras penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

## **8.2 Comunicação e Relatórios Operacionais**

Todas as comunicações entre a contratada e a Administração deverão ocorrer por meio eletrônico oficial, com protocolo de recebimento e registro de data e hora;

A contratada deverá apresentar relatórios mensais de desempenho, contendo:

- a) quantitativo de pontos atendidos;
- b) ocorrências emergenciais e corretivas;
- c) tempo médio de atendimento;
- d) falhas recorrentes;
- e) registros de segurança do trabalho;
- f) comprovantes de descarte ambiental (CDFs);
- g) cumprimento dos cronogramas preventivos.

A ausência de relatórios ou a apresentação fora do prazo constituirá infração contratual, sujeita à glosa proporcional e demais penalidades previstas.

## **8.3 Penalidades e Sanções Administrativas**

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.3.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

8.3.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.3.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



CNPJ: 18.602.037/0001-55 – INSC. EST. ISENTO

- 8.3.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 8.3.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.3.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 8.3.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 8.3.9. Fraudar a licitação;
- 8.3.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 8.3.10.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 8.3.10.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 8.3.10.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.4. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 8.4.1. advertência;
- 8.4.2. multa;
- 8.4.3. impedimento de licitar e contratar;
- 8.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 8.5. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.5.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.5.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.5.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.5.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.5.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

8.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.4.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



8.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.3.4, 8.3.5, 8.3.6, 8.3.7 e 8.3.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.3.1, 8.3.2 e 8.3.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.3.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

8.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8.17. Demais critérios e análises, bem como percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação tem como objetivo garantir a execução eficiente e contínua dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública do Município de São Gotardo/MG, exigindo da empresa contratada capacidade técnica, operacional e experiência comprovada na execução de serviços de natureza elétrica em vias públicas.

### **9.1. Requisitos Técnicos:**

- a) A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais:



- b) Possuir registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/MG, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) específica para os serviços;
- c) Disponibilizar engenheiro eletricista responsável técnico devidamente registrado no CREA/MG, que responderá pela execução, controle e segurança dos serviços;
- d) Manter equipe técnica própria e permanente, composta por eletricistas qualificados e auxiliares com treinamento em instalações elétricas e trabalho em altura;
- e) Disponibilizar equipamentos e veículos apropriados, incluindo caminhão munck, escadas, ferramentas dielétricas, EPIs e materiais de segurança adequados;
- f) Garantir atendimento às normas técnicas da ABNT, especialmente a NBR 5101:2018 (Iluminação pública – Procedimentos) e a NBR 5410:2004 (Instalações elétricas de baixa tensão);
- g) Utilizar materiais e componentes homologados pela CEMIG, em conformidade com os padrões vigentes para redes de iluminação pública.

## 9.2. Requisitos Contratuais e Administrativos

A contratação será formalizada mediante Pregão Eletrônico, conforme o art. 28, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando como critério de julgamento o menor preço por item ou por ponto de manutenção.

O contrato deverá conter cláusulas que garantam:

- a) Execução sob o regime de empreitada por preço unitário;
- b) Vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Medições mensais dos serviços executados, mediante relatórios e boletins de ordens de serviço;
- d) Aplicação de penalidades em caso de descumprimento de prazos, especificações ou falhas reiteradas;
- e) Obrigatoriedade de seguro de responsabilidade civil e trabalhista sobre os serviços prestados;
- f) Cumprimento das normas de segurança do trabalho e da legislação vigente.

## 9.3. Qualificação Técnica

Para comprovação da capacidade técnica-operacional e técnico-profissional, a licitante deverá apresentar:

- a) Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços semelhantes em quantidade e complexidade compatíveis com o objeto desta contratação;
- b) Comprovação de vínculo do responsável técnico (engenheiro eletricista) com a empresa, mediante registro no CREA/MG;
- c) Declaração de disponibilidade de equipamentos e estrutura operacional para atendimento integral ao Município.





#### **9.4. Padrões de Desempenho e Qualidade**

A execução dos serviços deverá garantir:

- a) Índice mínimo de 95% de pontos de iluminação em funcionamento em relação ao total de pontos instalados;
- b) Prazo máximo de 24 horas para atendimento a ocorrências emergenciais e 72 horas para manutenção corretiva comum;
- c) Relatórios mensais de desempenho, contendo quantitativos de serviços realizados, falhas atendidas e substituições executadas;
- d) Cumprimento integral das especificações técnicas do Termo de Referência, que será elaborado com base neste ETP.

### **10. RESULTADOS ESPERADOS**

A execução do contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG deverá gerar resultados mensuráveis de eficiência, segurança e qualidade, assegurando o funcionamento contínuo e adequado de todo o sistema de iluminação pública municipal.

Os resultados esperados compreendem os seguintes aspectos técnicos, sociais e administrativos:

#### **10.1. Resultados Técnicos**

- a) Manter o pleno funcionamento mínimo de 95% dos 6.969 pontos de iluminação pública distribuídos na sede, bairros, distritos e povoados do Município;
- b) Garantir atendimento ágil às ocorrências, com tempo médio de resposta inferior a 24 horas para demandas emergenciais e 72 horas para demandas de rotina;
- c) Assegurar que todas as intervenções sejam realizadas em conformidade com as normas ABNT NBR 5101:2018 e NBR 5410:2004, além dos padrões técnicos da CEMIG;
- d) Implementar rotinas de manutenção preventiva periódica, visando à redução de falhas, otimização de recursos e aumento da vida útil dos equipamentos de iluminação.

#### **10.2. Resultados Operacionais**

- a) Promover melhoria contínua na eficiência energética do sistema, com substituição gradativa de lâmpadas e componentes obsoletos por modelos mais econômicos e sustentáveis;
- b) Garantir padronização dos materiais e uniformidade da iluminação em todas as vias públicas, praças e áreas de circulação;
- c) Possibilitar o monitoramento sistemático das demandas e o controle da execução por meio de relatórios técnicos mensais e registros de manutenção;





- d) Reduzir custos de manutenção corretiva não programada, por meio da adoção de políticas preventivas e de planejamento das intervenções.

### **10.3. Resultados Sociais**

- a) Contribuir para o aumento da segurança pública, reduzindo a incidência de delitos e acidentes noturnos em áreas urbanas e rurais;
- b) Proporcionar melhor qualidade de vida à população, garantindo iluminação adequada em ruas, praças e logradouros públicos;
- c) Valorizar os espaços urbanos e fortalecer o senso de segurança e bem-estar da comunidade;
- d) Apoiar o desenvolvimento urbano sustentável, com foco na eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos essenciais.

### **10.4. Resultados Administrativos**

- a) Assegurar transparência, eficiência e controle administrativo da contratação, conforme os princípios previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Permitir à Administração Municipal planejamento e acompanhamento contínuo dos serviços contratados, com base em indicadores de desempenho e medições periódicas;
- c) Garantir que a execução contratual atenda aos princípios da economicidade, eficiência, legalidade e supremacia do interesse público, fundamentos da nova Lei de Licitações.

## **11. VIGÊNCIA E GARANTIAS CONTRATUAIS**

A vigência contratual e as garantias constituem instrumentos essenciais para assegurar a continuidade e a segurança jurídica da execução dos serviços, em conformidade com os arts. 107 a 111 e 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **11.1 Vigência Contratual**

O contrato resultante desta licitação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo, devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

A prorrogação será admitida quando houver interesse público e vantajosidade econômica para a Administração, observando-se a manutenção das condições contratuais e a avaliação satisfatória do desempenho da contratada, comprovada por meio dos Indicadores de Desempenho (KPIs) e relatórios da fiscalização.

Durante a vigência, a contratada deverá garantir a plena operacionalidade do sistema, mantendo o percentual mínimo de 95% de pontos operantes. Em caso de interrupção injustificada, a Administração poderá adotar medidas corretivas, inclusive substituição da empresa, conforme os dispositivos legais aplicáveis.



## 11.2 Garantias Contratuais

Em cumprimento ao disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá apresentar garantia de execução contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global anual estimado do contrato, podendo ser constituída nas seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia com cláusula de execução imediata;
- c) Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

A garantia terá validade por todo o período contratual, incluindo eventuais prorrogações e o prazo de vigência das obrigações acessórias.

A Administração poderá exigir reforço da garantia caso haja atualização de valores contratuais, reajustes ou aditivos que ampliem o valor total do contrato. O não atendimento dessa exigência dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis ensejará suspensão imediata dos pagamentos e aplicação de penalidades.

Em caso de execução da garantia, a contratada será notificada formalmente e deverá proceder à reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das demais sanções previstas.

A garantia contratual será liberada após a conclusão definitiva da execução, desde que atestada pela fiscalização e inexistam pendências técnicas, financeiras ou administrativas.

## 11.3 Reajuste e Equilíbrio Econômico-Financeiro

Os valores contratuais poderão ser reajustados anualmente, com base no índice previsto no edital (preferencialmente o IPCA/IBGE), nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

Em caso de desequilíbrio econômico-financeiro comprovado, poderá ser promovido o reajuste extraordinário, mediante apresentação de documentação técnica e parecer da área financeira e jurídica, observando o disposto nos arts. 124 e 125 da mesma Lei.

## 11.4 Previsão no plano de contratações anual

A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2025, em razão da inexistência de plano formalmente consolidado para o referido exercício no âmbito da Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG.

Destaca-se, contudo, que a ausência de previsão não inviabiliza a instrução e formalização do processo, uma vez que a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 18, §1º, inciso VI, determina que o Estudo Técnico Preliminar deve indicar a compatibilidade do objeto com o planejamento da Administração “quando houver plano de contratações vigente”. Assim, diante da inexistência de PCA municipal instituído para o exercício de 2025, esta contratação tramita de forma excepcional, com planejamento autônomo, devidamente fundamentado neste ETP e nas diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

## 12. ESTIMATIVA DE CUSTOS



A presente estimativa de custos foi elaborada de acordo com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, utilizando metodologia comparativa baseada em contratações similares e vigentes no Estado de Minas Gerais no exercício de 2025, obtidas em portais de transparência, editais públicos e atas de registro de preços. O estudo visa garantir a economicidade, transparência e exequibilidade financeira da futura contratação.

## 12.1. Metodologia Aplicada

A estimativa foi estruturada com base em levantamento de preços unitários (R\$/ponto/mês) praticados por municípios e consórcios intermunicipais mineiros para serviços de manutenção preventiva e corretiva de iluminação pública em LED. Foram considerados os componentes de custo relativos a:

- a) Mão de obra técnica especializada (eletricistas, engenheiro responsável e auxiliares);
- b) Equipamentos e veículos operacionais (caminhão com cesto aéreo isolado, ferramentas dielétricas e EPIs);
- c) Materiais de reposição (fotocélulas, conectores, cabos, suportes e luminárias de LED);
- d) Custos indiretos (logística, gestão, plantão 24h e destinação ambiental de resíduos elétricos);
- e) Encargos sociais, BDI e tributos incidentes sobre serviços de engenharia.

## 12.2. Referências Públicas Consideradas – MG (Exercício 2025)

Município Entidade	/ Processo Contrato	/ Edital Ano	Valor (R\$/ponto/mês)	Fonte Oficial
Consórcio CODAP – Eloi Mendes / Alto Paraopeba	Ata de Registro de Preços nº 01/2025 – Processo Licitatório nº 2025 28/2024 – Pregão Eletrônico nº 11/2024	– nº 2025	<b>R\$ 5,17</b>	Ata CODAP – Conselheiro Lafaiete (399_03- AtadeRegistroidPreços.pdf)
Coromandel (MG)	Pregão Eletrônico nº 013/2025 – SRP – Iluminação Pública	– 2025	<b>R\$ 4,90</b>	Edital-Pregão-Eletrônico-013- 2025-SRP.pdf
Paula Cândido (MG)	Pregão Eletrônico nº 043/2025 – Processo Administrativo nº 2025 108/2025	– 2025	<b>R\$ 6,08</b>	Edital-Pregão-Eletrônico-043- 2025.pdf
COMASF Consórcio de Minas	– Termo de Referência – Sul Parque Completo de Iluminação	de 2025	<b>R\$ 7,89</b>	Termo-de-Referência.pdf
Borda da Mata (MG)	Pregão Eletrônico nº 002/2025 – Registro de Preços nº 005/2025 – Luminárias LED	– 2025	<b>R\$ 7,20</b>	Edital-Luminárias-LED.pdf



### 12.3. Cálculo da Média Aritmética e Aplicação Local

O valor médio obtido é resultante da média aritmética simples dos preços unitários levantados:  $Média = (5,17 + 4,90 + 6,08 + 7,89 + 7,20) / 5 = R\$ 6,248/\text{ponto}/\text{mês}$

### 12.4. Cálculo Estimativo – Município de São Gotardo/MG

Item	Descrição	Quantidade de Pontos	Valor Unitário (R\$/ponto/mês)	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
1	Manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública em LED (mão de obra, materiais, deslocamento e atendimento emergencial)	6.969	6,248	43.542,31	<b>522.507,72</b>

### 12.5 Adequação orçamentária

A presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2025, em razão da inexistência de plano formalmente consolidado para o referido exercício no âmbito da Prefeitura Municipal de São Gotardo/MG.

Destaca-se, contudo, que a ausência de previsão não inviabiliza a instrução e formalização do processo, uma vez que a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 18, §1º, inciso VI, determina que o Estudo Técnico Preliminar deve indicar a compatibilidade do objeto com o planejamento da Administração “quando houver plano de contratações vigente”. Assim, diante da inexistência de PCA municipal instituído para o exercício de 2025, esta contratação tramita de forma excepcional, com planejamento autônomo, devidamente fundamentado neste ETP e nas diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Obras Públicas.

Ressalta-se que a demanda foi formalmente identificada como prioritária pela referida Secretaria, diante da necessidade de garantir continuidade, segurança e eficiência na iluminação pública do município, serviço essencial à mobilidade e segurança urbana. A execução do objeto está tecnicamente alinhada ao Plano Plurianual (PPA 2025–2026) e à Lei Orçamentária Anual (LOA 2025), sob a dotação 560 Fonte: 1751– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, vinculada ao Programa 15.451.0010.2.020 – Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública.

Dessa forma, ainda que não exista PCA vigente, o presente Estudo Técnico Preliminar observa integralmente o princípio do planejamento previsto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e será utilizado como instrumento de planejamento técnico substitutivo, para assegurar a legalidade e a rastreabilidade da futura contratação.

### 12.6 Fundamentação Técnica e Legal

A metodologia aplicada segue o disposto no art. 23, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, utilizando dados públicos de contratações análogas e vigentes, conforme determinação do §1º, que prevê a consulta a fontes oficiais, portais de transparência e bancos de preços públicos.

As referências documentais utilizadas (CODAP, Coromandel, Paula Cândido, COMASF e Borda da Mata) encontram-se anexas e disponíveis para verificação pública, atendendo aos princípios da transparência, motivação e eficiência administrativa.



## **12.7 Conclusão e Justificativa de Valor**

Com base nas referências e cálculos apresentados, o custo médio de R\$ 6,248/ponto/mês, aplicado sobre os 6.969 pontos de iluminação pública existentes, resulta em valor anual estimado de R\$ 522.507,72, o que representa parâmetro justo, competitivo e compatível com o mercado mineiro de 2025.

O valor proposto reflete equilíbrio entre os custos operacionais, a qualidade técnica exigida e a sustentabilidade financeira da contratação, garantindo a viabilidade econômico-orçamentária e a observância dos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **13. CONCLUSÃO TÉCNICA E ENCAMINHAMENTOS**

Com base em todos os elementos técnicos, operacionais, jurídicos e financeiros analisados, conclui-se pela plena viabilidade técnica e econômico-financeira da contratação de empresa de engenharia especializada para execução contínua dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial da rede de iluminação pública em LED no Município de São Gotardo/MG.

A proposta de contratação configura-se como a alternativa mais racional, eficiente e sustentável, assegurando o funcionamento ininterrupto do parque de iluminação pública, a redução de custos operacionais e o atendimento célere às demandas da população. O planejamento observa integralmente os princípios da eficiência, planejamento, economicidade, transparência e continuidade do serviço público, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

O levantamento comparativo de preços realizado junto a contratos e atas públicas de 2025 em municípios e consórcios de Minas Gerais (Eloi Mendes/CODAP, Coromandel, Paula Cândido, COMASF e Borda da Mata) demonstra que o valor médio de R\$ 6,248/ponto/mês é justo, competitivo e exequível, compatível com a realidade de mercado e com o porte do sistema municipal, composto por 6.969 pontos de iluminação.

A futura empresa contratada deverá garantir a manutenção mínima de 95% de pontos operantes, atendimento emergencial 24 horas e observância integral às normas técnicas de segurança e desempenho luminotécnico (ABNT NBR 5101:2018, NBR 5410:2004, NBR 15129:2022, NR-10 e NR-35), além de cumprir as Resoluções ANEEL nº 414/2010 e nº 1000/2021, que atribuem ao Município a responsabilidade pela gestão e manutenção da rede.

O Termo de Referência foi elaborado em consonância com os arts. 18, 23, 56, 115 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, configurando-se como documento técnico essencial à fase de planejamento da contratação, que embasará o edital, o contrato administrativo e o controle de execução contratual.

### **Gestão de Riscos e Auditoria Técnica**

A estrutura de planejamento da contratação contempla os princípios da gestão de riscos contratuais (arts. 22, inciso IV, e 125 da Lei nº 14.133/2021), abrangendo contingências operacionais como intempéries, vandalismo, falhas de fornecimento e obsolescência tecnológica. As medidas mitigadoras estão incorporadas às cláusulas contratuais e ao plano de manutenção preventiva.

Os resultados da execução contratual deverão ser auditáveis e rastreáveis, permitindo o controle pela Controladoria Interna e pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), mediante relatórios técnicos padronizados e base georreferenciada.





## **Eficiência Energética, Sustentabilidade e Inovação**

A contratação reforça o compromisso do Município com as políticas públicas de eficiência energética e sustentabilidade ambiental, em conformidade com a Lei Federal nº 9.991/2000 e a Resolução CONAMA nº 401/2008, promovendo:

- I. Redução do consumo de energia elétrica e das emissões de gases de efeito estufa;
- II. Modernização tecnológica e melhoria da luminosidade urbana;
- III. Destinação ambientalmente adequada dos resíduos elétricos, com emissão obrigatória de Certificados de Destinação Final (CDF);

Utilização de tecnologias digitais e sistemas informatizados de controle georreferenciado, integrados à plataforma municipal de iluminação pública.

## **Responsabilidade Técnica e Conformidade Profissional**

O presente Termo de Referência será acompanhado da respectiva ART de elaboração e responsabilidade técnica, registrada no CREA/MG, conforme a Lei Federal nº 6.496/1977, assegurando autenticidade, rastreabilidade e validade técnica perante os órgãos de controle e fiscalização.

## **Encaminhamento Final**

Diante de todos os elementos técnicos, legais, orçamentários e operacionais analisados, recomenda-se o prosseguimento do processo licitatório destinado à contratação de empresa de engenharia especializada para a manutenção preventiva, corretiva e emergencial da rede de iluminação pública em LED do Município de São Gotardo/MG, conforme os parâmetros e exigências estabelecidos neste Termo de Referência.

A contratação deverá ocorrer sob a modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço por Ponto (Empreitada por Preço Unitário), observando-se integralmente o disposto nos arts. 17, 18, 23, 56, 115 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas regulamentares aplicáveis, assegurando ampla competitividade, transparência e vantajosidade à Administração.

A fase externa do certame deverá ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de São Gotardo/MG, com a inclusão deste Termo de Referência como anexo técnico vinculante, servindo como peça basilar para o edital, julgamento, fiscalização e execução contratual.

Durante a execução do contrato, deverão ser observadas as melhores práticas de gestão pública e controle técnico, com utilização de sistemas informatizados e relatórios georreferenciados, permitindo rastreabilidade, auditoria e integração com os órgãos de controle interno e externo. A fiscalização técnica municipal deverá manter acompanhamento contínuo, emitindo relatórios mensais de conformidade e desempenho, garantindo que os serviços sejam executados com eficiência, segurança, sustentabilidade e aderência às normas da ABNT e da ANEEL.





Por fim, este Termo de Referência representa o instrumento técnico de planejamento da contratação, atendendo plenamente aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, sustentabilidade e responsabilidade técnica, constituindo-se em documento essencial à formalização do certame e execução contratual subsequente.

MAURICIO PONTES  
ASSESSOR ESPECIAL

CÉSAR JOSÉ BARBOSA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS



## ANEXO II

**Modelo de declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação e de que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;**

### **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025 - Processo nº 395/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade R.G. nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para todos os fins de direito, que:

- 1) cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos no edital do Pregão Eletrônico n. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_;
- 2) a proposta foi elaborada em conformidade com as todas as exigências do edital do referido certame.

\_\_\_\_\_(Local)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



### ANEXO III

**Modelo de declaração sobre o trabalho de pessoas menores**  
**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025 - Processo nº 395/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade R.G. nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para todos os fins de direito, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

\_\_\_\_\_ (Local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



## ANEXO IV

### Modelo de declaração sobre inexistência de trabalho degradante ou forçado

### EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025 - Processo nº 395/2025

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade R.G. nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para todos os fins de direito, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

\_\_\_\_\_ (Local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



## ANEXO V

### Modelo de declaração sobre reserva de cargos para pessoa com deficiência

#### EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025 - Processo nº 395/2025

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade R.G. nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

\_\_\_\_\_ (Local) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



## ANEXO VI

### Modelo de declaração de que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame

#### EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025 - Processo nº 395/2025

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade R.G. nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para todos os fins de direito, que cumpre plenamente as exigências do edital do processo licitatório em epígrafe e que não existem fatos impeditivos para a habilitação no certame.

\_\_\_\_\_(Local)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)





## ANEXO VII

### **Modelo de declaração para licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa**

#### **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025 - Processo nº 395/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade R.G. nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para todos os fins de direito, estar enquadrado como ( ) microempresa, ( ) empresa de pequeno porte ou ( ) sociedade cooperativa, cumprindo os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Declara ainda para fins do artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que neste ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

\_\_\_\_\_(Local)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal da empresa licitante)



## ANEXO VIII

### Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

#### EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2025 - Processo nº 395/2025

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o Nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade R.G. nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA que:

(a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e



(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal da empresa licitante



## ANEXO IX

### MINUTA DO CONTRATO

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO/ OBRAS PÚBLICAS E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO - MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o Nº. 18.602.037/0001-55, com sede nesta cidade, provisoriamente na Rua Professora Maria Coeli Franco, número 13, Bairro Centro, representado legalmente por seu Prefeito Municipal, Makoto Edison Sekita, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade MG-21340791 PC/MG, inscrito no CPF sob o nº 328.821.579-91, residente e domiciliado à Rua Tabelião João Lopes nº 201, apartamento 1601, Bairro Campestre doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_/Estado, neste ato representada por ..... (nome e função na contratada), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no procedimento do **Processo Administrativo Licitatório nº 395/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos Decretos municipais nº 62, 28 de março de 2023, e nº 63, 28 de março de 2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 58/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG**”.

#### 1.2. Descrição e quantidade:

ITEM	COD. ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	VALOR DO ITEM	VALOR TOTAL
1	17719	PREST. DE SERV. DE MANUTENÇÃO DA IP - MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO (MG), INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO, PARA PONTOS JÁ EXISTENTES, DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PROFISSIONAIS PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, E INSPEÇÃO REGULAR NA REDE OBJETO DOS SERVIÇOS.	6.969,00	MS		

TOTAL GERAL: R\$



**1.2.1. O valor global do contrato será de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta da Contratada;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. A vigência contratual e as garantias constituem instrumentos essenciais para assegurar a continuidade e a segurança jurídica da execução dos serviços, em conformidade com os arts. 107 a 111 e 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O contrato resultante desta licitação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo, devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

2.3. A prorrogação será admitida quando houver interesse público e vantajosidade econômica para a Administração, observando-se a manutenção das condições contratuais e a avaliação satisfatória do desempenho da contratada, comprovada por meio dos Indicadores de Desempenho (KPIs) e relatórios da fiscalização.

2.4. Durante a vigência, a contratada deverá garantir a plena operacionalidade do sistema, mantendo o percentual mínimo de 95% de pontos operantes. Em caso de interrupção injustificada, a Administração poderá adotar medidas corretivas, inclusive substituição da empresa, conforme os dispositivos legais aplicáveis.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

### **3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **3.1. FORMA DE FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E EXECUÇÃO DO OBJETO**

3.1.1. A execução dos serviços deverá compreender todas as atividades necessárias para garantir a operacionalidade plena, segurança elétrica, eficiência luminotécnica e durabilidade do sistema de iluminação pública municipal. As intervenções deverão observar o princípio da prestação contínua e preventiva, com foco na qualidade, rastreabilidade e conformidade normativa.



3.1.2.A contratada será responsável pela gestão técnica, operacional e documental dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, bem como pela disponibilização de equipes qualificadas, veículos, materiais e sistemas de controle eletrônico das ocorrências. Cada serviço deverá ser acompanhado de registro fotográfico georreferenciado (antes e depois da execução) e informações cadastrais atualizadas em planilha digital.

### **3.1.3.Manutenção Preventiva**

3.1.3.1.Tem como objetivo a conservação sistemática e a prevenção de falhas, reduzindo a probabilidade de interrupções no fornecimento de iluminação e prolongando a vida útil dos equipamentos. Deverão ser executadas rotinas mensais de inspeção e manutenção conforme plano aprovado pela fiscalização.

Principais atividades:

- a) Inspeção visual e termográfica de luminárias, suportes, condutores e conexões elétricas;
- b) Limpeza técnica de difusores, refletores e braços metálicos para garantir fluxo luminoso adequado;
- c) Reaperto de bornes, conectores e fixações metálicas;
- d) Substituição preventiva de fotocélulas, relés e parafusos de fixação conforme vida útil estimada;
- e) Medição de tensão e corrente elétrica nos circuitos alimentadores;
- f) Verificação de aterramento e continuidade elétrica das estruturas metálicas;
- g) Teste de isolamento de condutores, conforme NBR 5410:2004;
- h) Atualização de cadastros técnicos e relatórios digitais mensais contendo georreferenciamento dos pontos vistoriados.

### **3.1.4. Manutenção Corretiva**

3.1.4.1.Destina-se à restauração imediata da funcionalidade de pontos inoperantes, devendo ocorrer de forma planejada ou emergencial conforme o tipo de falha identificada.

Principais atividades:

- a) Substituição de luminárias LED, reatores, fotocélulas, conectores, fusíveis e cabos danificados;
- b) Correção de curtos-circuitos, fugas de corrente, mau contato e falhas em alimentadores;
- c) Substituição ou reforço estrutural de braços metálicos, suportes e buchas oxidadas;





- d) Reposicionamento e nivelamento de luminárias para adequação do ângulo de projeção do fecho luminoso;
- e) Reparo e adequação de quadros de comando, relés fotoelétricos e caixas de passagem;
- f) Reposição de componentes vandalizados, furtados ou deteriorados por intempéries;
- g) Inspeção final de verificação, com medições elétricas, ensaio funcional e registro fotográfico do ponto recuperado.

3.1.4.2. Substituição e reparo de equipamentos e acessórios com defeito: Os serviços incluirão também a substituição ou reparo de quaisquer equipamentos e componentes que apresentem inconformidades no ponto de iluminação pública, incluindo, mas não se limitando a:

- l) Lâmpadas queimadas ou quebradas;
- m) Relés fotoelétricos com defeito;
- n) Chaves magnéticas com defeito;
- o) Tampas em postes de acesso aos fusíveis ausentes ou danificados;
- p) Bases para fusíveis e fusíveis com defeito;
- q) Soquetes danificados;
- r) Braços de luminárias em final de vida útil;
- s) Luminárias ou projetores defeituosos ou em mau estado de conservação;
- t) Rede de alimentação aérea ou subterrânea interrompida;
- u) Fiação interna dos braços e postes;
- v) Conectores em mau estado ou com oxidação.

3.1.4.3. Essas ações deverão ser executadas com materiais de reposição certificados e em conformidade com as normas **ABNT NBR 5101**, **NBR 5410** e **NBR 15129**, garantindo a recomposição imediata do ponto e o desempenho luminotécnico adequado.

### **Critérios Técnicos Complementares**

Todos os componentes substituídos deverão possuir certificação compulsória do INMETRO, vida útil mínima de 50.000 horas (para luminárias LED) e eficiência luminosa superior a 120 lm/W;

Os materiais substituídos deverão ser registrados em planilha de rastreabilidade contendo fabricante, modelo, data de instalação e número de série;

Após cada substituição, deverão ser realizados ensaios de continuidade, isolamento e medição de tensão nos condutores de fase, neutro e proteção, conforme ABNT NBR 5410:2004, assegurando ausência de fuga de corrente e conformidade com os limites de resistência ôhmica definidos em norma;



Cada intervenção corretiva deverá gerar registro digital individualizado, com coordenada geográfica, identificação do ponto, tipo de serviço executado, componente substituído, número da ordem de serviço (OS) e imagens do antes e depois;

As informações deverão ser integradas ao banco de dados georreferenciado municipal, conforme diretrizes da Resolução ANEEL nº 1000/2021;

Durante a execução dos serviços, deverá ser garantido o desligamento temporário do circuito elétrico, com bloqueio e sinalização preventiva, conforme NR-10, e uso obrigatório de EPIs, EPCs e ferramentas dielétricas certificadas;

A reenergização somente poderá ocorrer após teste de isolamento e emissão de check-list de segurança;

Será considerada não conforme qualquer substituição de luminária ou componente cuja potência, fluxo luminoso ou temperatura de cor variem mais de  $\pm 10\%$  em relação às especificações originais do projeto;

As não conformidades deverão ser corrigidas em até 72 horas, sob pena de glosa proporcional na medição mensal;

Os componentes removidos deverão ser armazenados separadamente por tipologia (metálicos, eletrônicos, plásticos) e encaminhados a empresas licenciadas para destinação final ambientalmente adequada, com emissão de Certificado de Destinação Final (CDF) e nota fiscal de recebimento ambiental.

### 3.1.5. Serviços Emergenciais e Especiais

3.1.5.1. Os serviços emergenciais deverão garantir o restabelecimento da iluminação pública em situações críticas, de risco elétrico, acidentes ou intempéries. O atendimento deverá ser ininterrupto (24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados), obedecendo aos seguintes prazos máximos:

Tipo de ocorrência	Prazo máximo de atendimento	Observações
Falhas críticas (curto, risco elétrico, cabo rompido)	24 horas	Atendimento imediato e priorizado
Correções não emergenciais	72 horas	Inclui substituições simples e ajustes de rotina
Ocorrências de grande porte (desabamento, vandalismo)	Até 5 dias	Sujeito a liberação da via e condições climáticas



3.1.5.2. As ocorrências deverão ser registradas em sistema digital próprio, contendo número de protocolo, tipo de serviço, localização georreferenciada, data/hora do chamado, início e conclusão do atendimento.

### **3.1.6. Serviços Complementares**

3.16.1. Além das manutenções rotineiras, a contratada deverá executar atividades complementares que assegurem a padronização técnica e a segurança operacional do sistema:

- a) Poda técnica de galhos que obstruam o fluxo luminoso, em conformidade com as normas ambientais e mediante autorização da Secretaria competente;
- b) Limpeza, alinhamento e nivelamento de luminárias e braços metálicos;
- c) Revisão e adequação de quadros de comando e relés fotoelétricos;
- d) Revisão de cabos de alimentação, conexões e dispositivos de proteção;
- e) Implantação de novos pontos, mediante autorização expressa da Administração e emissão de ART complementar;
- f) Transporte, armazenamento e descarte ambientalmente correto dos resíduos elétricos, com emissão mensal de Certificados de Destinação Final (CDF);
- g) Apresentação de relatórios técnicos mensais, contendo indicadores de desempenho (KPIs), produtividade das equipes, tempo médio de atendimento e percentual de pontos operantes.
- h) A execução deverá atender integralmente às normas ABNT NBR 5101, NBR 5410 e NBR 15129, além das exigências de segurança previstas nas NR-10 e NR-35, garantindo conformidade técnica, rastreabilidade documental e eficiência energética do sistema municipal de iluminação pública.

### **3.1.7. Prestação de serviços**

3.1.7.1. A prestação dos serviços deverá contemplar todas as áreas urbanas, distritos e povoados, abrangendo vias públicas, praças, parques, avenidas, logradouros e demais espaços de domínio público, garantindo a plena operação, eficiência luminotécnica, segurança elétrica e sustentabilidade ambiental do sistema municipal de iluminação pública.

A execução compreenderá, de forma integrada e permanente, as seguintes atividades técnicas:

- VI. Manutenção preventiva: inspeções rotineiras, testes elétricos, reaperto de conexões, limpeza e conservação de luminárias, verificação de aterramentos e substituição programada de componentes conforme vida útil;
- VII. Manutenção corretiva: substituição de luminárias, relés fotoelétricos, reatores, cabos, conectores, braços e suportes danificados, com recomposição funcional imediata dos pontos inoperantes;



VIII. Atendimento emergencial 24h: execução de reparos de urgência em casos de acidentes, quedas de rede, riscos elétricos, incêndios ou intempéries, com tempo máximo de resposta de 24 horas;

IX. Serviços complementares: revisão e adequação de quadros de comando e circuitos, poda de galhos interferentes, nivelamento de luminárias e descarte ambientalmente correto de resíduos elétricos, com emissão de Certificado de Destinação Final (CDF).

X. A contratada deverá fornecer mão de obra qualificada, veículos e equipamentos apropriados (inclusive caminhão com cesto aéreo isolado), ferramentas dielétricas, EPIs e EPCs, e todos os materiais necessários, garantindo a execução segura, contínua e tecnicamente padronizada do serviço.

Os serviços deverão obedecer integralmente às normas técnicas e de segurança vigentes, em especial:

VII. ABNT NBR 5101:2018 – Iluminação pública – Procedimentos;

VIII. ABNT NBR 5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;

IX. ABNT NBR 15129:2022 – Luminárias;

X. NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

XI. NR-35 – Trabalho em Altura;

XII. Resoluções ANEEL nº 414/2010 e nº 1000/2021 – Condições gerais de fornecimento de energia elétrica e responsabilidades sobre o sistema de iluminação pública.

3.1.7.2.A contratada deverá manter o índice mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) de pontos operantes em todo o parque de iluminação, mediante execução técnica comprovada e fiscalização mensal.

3.1.7.3.O regime de execução será de empreitada por preço unitário, considerando como unidade de medição o ponto de iluminação pública mantido em operação, conforme medições atestadas pela fiscalização técnica designada.

### **3.2. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

3.2.1. A medição dos serviços será realizada de forma mensal, técnica e quantitativa, sob responsabilidade da fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, garantindo rastreabilidade, precisão e conformidade com o contrato.

3.2.2.A aferição da execução será baseada nos relatórios mensais de serviços elaborados pela contratada, contendo descrição detalhada das atividades executadas, registros fotográficos georreferenciados, dados de controle de produtividade e planilhas de medições assinadas digitalmente. Somente serão considerados para fins de pagamento os pontos de iluminação pública efetivamente mantidos em pleno funcionamento, comprovados pela fiscalização.

#### **Critérios técnicos de medição:**

**I. Unidade de medida:** ponto de iluminação pública mantido em operação;

**II. Período de medição:** mensal, com base nos serviços executados no mês civil anterior;

**III. Comprovação da execução:** relatórios técnicos, registros fotográficos, planilhas de ocorrências e inspeções in loco;



**IV. Ateste técnico:** emitido pelo fiscal responsável, mediante conferência física e documental das informações apresentadas pela contratada;

**V. Sistema de controle:** deverá ser informatizado, permitindo rastreamento por coordenadas GPS, número de ponto e histórico de manutenção.

3.2.3. Os serviços serão remunerados por preço unitário, calculado pelo número de pontos efetivamente mantidos e atestados, de acordo com o regime de empreitada por preço unitário previsto no edital. Ocorrências não executadas ou pontos inoperantes não serão incluídos no cômputo de medição.

### 3.3. GARANTIAS CONTRATUAIS

3.3.1. Em cumprimento ao disposto no **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, a contratada deverá apresentar **garantia de execução contratual** correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global anual estimado do contrato, podendo ser constituída nas seguintes modalidades:

- d) **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;**
- e) **Seguro-garantia com cláusula de execução imediata;**
- f) **Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.**

3.3.2. A garantia terá validade por todo o período contratual, incluindo eventuais prorrogações e o prazo de vigência das obrigações acessórias.

3.3.3. A Administração poderá exigir reforço da garantia caso haja atualização de valores contratuais, reajustes ou aditivos que ampliem o valor total do contrato. O não atendimento dessa exigência dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis ensejará suspensão imediata dos pagamentos e aplicação de penalidades.

3.3.4. Em caso de execução da garantia, a contratada será notificada formalmente e deverá proceder à reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo das demais sanções previstas.

3.3.5. A garantia contratual será liberada após a conclusão definitiva da execução, desde que atestada pela fiscalização e inexistam pendências técnicas, financeiras ou administrativas.

### 3.4. INDICADORES DE DESEMPENHO (KPIs)

3.4.1. Para assegurar a qualidade e a continuidade do serviço público de iluminação, serão utilizados Indicadores de Desempenho (KPIs) que permitirão o acompanhamento técnico, quantitativo e qualitativo da execução contratual. Esses indicadores têm por finalidade mensurar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos serviços prestados, em conformidade com o art. 115 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.2. Os resultados apurados servirão como base para a avaliação de desempenho da contratada, possibilitando o controle da Administração sobre a prestação do serviço, bem como a aplicação de glosas, penalidades ou bonificações, quando cabíveis.





### 3.4.3. Indicadores de Avaliação Técnica e Operacional

Indicador	Descrição	Meta Mínima	Método de Verificação	Critério de Avaliação
<b>Índice de pontos operantes</b>	Percentual de luminárias em pleno funcionamento sobre o total de pontos existentes.	$\geq 95\%$	Relatórios mensais, inspeções de campo e sistema de monitoramento.	Abaixo da meta: glosa proporcional no pagamento.
<b>Tempo médio de atendimento emergencial (TMAE)</b>	Tempo entre o registro da ocorrência e o reparo efetivo.	$\leq 24h$	Sistema informatizado de ordens de serviço e relatórios de plantão.	Atraso > 24h: glosa de 2% por ocorrência.
<b>Tempo médio de atendimento corretivo (TMAC)</b>	Tempo entre solicitação e execução de reparos não emergenciais.	$\leq 72h$	Relatórios operacionais mensais e registros digitais.	Atraso > 72h: glosa proporcional.
<b>Cumprimento do plano de manutenção preventiva (PMP)</b>	Percentual de execuções realizadas conforme cronograma mensal.	100%	Cronogramas e atestes da fiscalização.	Descumprimento: advertência e glosa.
<b>Índice de reincidência de falhas (IRF)</b>	Ocorrências repetidas no mesmo ponto em até 30 dias.	$\leq 3\%$	Relatórios comparativos de manutenção.	Acima da meta: plano corretivo obrigatório.
<b>Satisfação do usuário e comunidade</b>	Percentual de reclamações procedentes registradas.	$\leq 5\%$	Relatórios da Ouvidoria e Fiscalização.	Acima da meta: plano de melhoria e advertência.
<b>Desempenho de segurança e meio ambiente</b>	Conformidade com normas NR-10, NR-35 e descarte com CDF.	100%	Relatórios de EPI, treinamentos e CDFs.	Não conformidade: suspensão até regularização.

### 3.4.4. Monitoramento e Controle

A contratada deverá disponibilizar sistema informatizado de gestão e controle operacional, integrado à fiscalização municipal, permitindo acompanhamento em tempo real das ocorrências e indicadores.

O desempenho será avaliado mensalmente, em reuniões técnicas entre contratante e contratada, com registro em ata.

A cada trimestre será elaborado Relatório de Desempenho Consolidado, comparando resultados, metas e eventuais ajustes necessários.

Caso o desempenho global da contratada seja inferior a 90% das metas estabelecidas por dois meses consecutivos, poderá ser instaurado procedimento de apuração contratual, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.





Indicadores acima de 98% de cumprimento poderão ensejar pontuação positiva para futuras contratações, conforme critérios de desempenho previstos no art. 88, §4º da mesma Lei.

## PLANILHA DE MONITORAMENTO E CONTROLE – CONTRATO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Indicador (KPI)	Meta Mínima	Valor Aferido (Mês)	Conforme? (Sim/Não)	Glosa (%)	Observações Técnicas / Ações Corretivas
Índice de Pontos Operantes (%)	$\geq 95\%$				
Tempo Médio de Atendimento Emergencial (h)	$\leq 24h$				
Tempo Médio de Atendimento Corretivo (h)	$\leq 72h$				
Cumprimento do Plano de Manutenção Preventiva (%)	100%				
Reincidência de Falhas no Mesmo Ponto (%)	$\leq 3\%$				
Conformidade com NR-10 / NR-35	100%				
Relatórios e Registros Georreferenciados (%)	100%				
Entrega de CDFs e Descarte Ambiental (%)	100%				
Satisfação do Usuário (Ouvidoria)	$\leq 5\%$ Reclamações				

O descumprimento reiterado das metas acima poderá ensejar a aplicação de **advertência, glosa de pagamento, multa contratual ou rescisão**, conforme disposto nos arts. 137 a 141 da Lei nº 14.133/2021.

### 3.5. COMUNICAÇÃO E RELATÓRIOS OPERACIONAIS

Todas as comunicações entre a contratada e a Administração deverão ocorrer por meio eletrônico oficial, com protocolo de recebimento e registro de data e hora;

A contratada deverá apresentar relatórios mensais de desempenho, contendo:

- h) quantitativo de pontos atendidos;
- i) ocorrências emergenciais e corretivas;
- j) tempo médio de atendimento;



- k) falhas reincidentes;
- l) registros de segurança do trabalho;
- m) comprovantes de descarte ambiental (CDFs);
- n) cumprimento dos cronogramas preventivos.

A ausência de relatórios ou a apresentação fora do prazo constituirá **infração contratual**, sujeita à glosa proporcional e demais penalidades previstas.

### 3.6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.6.1. A presente contratação tem como objetivo garantir a execução eficiente e contínua dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública do Município de São Gotardo/MG, exigindo da empresa contratada capacidade técnica, operacional e experiência comprovada na execução de serviços de natureza elétrica em vias públicas.

#### 3.6.2. Requisitos Técnicos:

- a) A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos e operacionais:
- b) Possuir registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/MG, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) específica para os serviços;
- c) Disponibilizar engenheiro eletricista responsável técnico devidamente registrado no CREA/MG, que responderá pela execução, controle e segurança dos serviços;
- d) Manter equipe técnica própria e permanente, composta por eletricitas qualificados e auxiliares com treinamento em instalações elétricas e trabalho em altura;
- e) Disponibilizar equipamentos e veículos apropriados, incluindo caminhão munck, escadas, ferramentas dielétricas, EPIs e materiais de segurança adequados;
- f) Garantir atendimento às normas técnicas da ABNT, especialmente a NBR 5101:2018 (Iluminação pública – Procedimentos) e a NBR 5410:2004 (Instalações elétricas de baixa tensão);
- g) Utilizar materiais e componentes homologados pela CEMIG, em conformidade com os padrões vigentes para redes de iluminação pública.

#### 3.6.3. Requisitos Contratuais e Administrativos

A contratação será formalizada mediante Pregão Eletrônico, conforme o art. 28, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando como critério de julgamento o menor preço por item ou por ponto de manutenção.

O contrato deverá conter cláusulas que garantam:

- a) Execução sob o regime de empreitada por preço unitário;
- b) Vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021;



- c) Medições mensais dos serviços executados, mediante relatórios e boletins de ordens de serviço;
- d) Aplicação de penalidades em caso de descumprimento de prazos, especificações ou falhas reiteradas;
- e) Obrigatoriedade de seguro de responsabilidade civil e trabalhista sobre os serviços prestados;
- f) Cumprimento das normas de segurança do trabalho e da legislação vigente.

### **3.6.4. Qualificação Técnica**

Para comprovação da capacidade técnica-operacional e técnico-profissional, a licitante deverá apresentar:

- a) Atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços semelhantes em quantidade e complexidade compatíveis com o objeto desta contratação;
- b) Comprovação de vínculo do responsável técnico (engenheiro eletricitista) com a empresa, mediante registro no CREA/MG;
- c) Declaração de disponibilidade de equipamentos e estrutura operacional para atendimento integral ao Município.

### **3.6.5. Padrões de Desempenho e Qualidade**

A execução dos serviços deverá garantir:

- a) Índice mínimo de 95% de pontos de iluminação em funcionamento em relação ao total de pontos instalados;
- b) Prazo máximo de 24 horas para atendimento a ocorrências emergenciais e 72 horas para manutenção corretiva comum;
- c) Relatórios mensais de desempenho, contendo quantitativos de serviços realizados, falhas atendidas e substituições executadas;
- d) Cumprimento integral das especificações técnicas do Termo de Referência, que será elaborado com base neste ETP.

### **3.7. A EXECUÇÃO COMPREENDERÁ, DE FORMA INTEGRADA E PERMANENTE, AS SEGUINTE ATIVIDADES TÉCNICAS:**

- I. Manutenção preventiva: inspeções rotineiras, testes elétricos, reaperto de conexões, limpeza e conservação de luminárias, verificação de aterramentos e substituição programada de componentes conforme vida útil;
- II. Manutenção corretiva: substituição de luminárias, relés fotoelétricos, cabos, conectores, braços e suportes danificados, com recomposição funcional imediata dos pontos inoperantes;



III. Atendimento emergencial 24h: execução de reparos de urgência em casos de acidentes, quedas de rede, riscos elétricos, incêndios ou intempéries, com tempo máximo de resposta de 24 horas;

IV. Serviços complementares: revisão e adequação de quadros de comando e circuitos, poda de galhos interferentes, nivelamento de luminárias e descarte ambientalmente correto de resíduos elétricos, com emissão de Certificado de Destinação Final (CDF).

V. A contratada deverá fornecer mão de obra qualificada, veículos e equipamentos apropriados (inclusive caminhão com cesto aéreo isolado), ferramentas dielétricas, EPIs e EPCs, e todos os materiais necessários, garantindo a execução segura, contínua e tecnicamente padronizada do serviço.

Os serviços deverão obedecer integralmente às normas técnicas e de segurança vigentes, em especial:

I. ABNT NBR 5101:2018 – Iluminação pública – Procedimentos;

II. ABNT NBR 5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;

III. ABNT NBR 15129:2022 – Luminárias;

IV. NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

V. NR-35 – Trabalho em Altura;

VI. Resoluções ANEEL nº 414/2010 e nº 1000/2021 – Condições gerais de fornecimento de energia elétrica e responsabilidades sobre o sistema de iluminação pública.

A contratada deverá manter o índice mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) de pontos operantes em todo o parque de iluminação, mediante execução técnica comprovada e fiscalização mensal.

A execução contratual deverá observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT NBR 5101:2018 (Iluminação Pública – Procedimentos) e ABNT NBR 5410:2004 (Instalações elétricas de baixa tensão), bem como as especificações e padrões exigidos pela CEMIG, de modo a assegurar a conformidade técnica e operacional do sistema.

Os serviços serão prestados sob o regime de empreitada por preço unitário, com medições mensais conforme ordens de serviço emitidas pela fiscalização municipal. A Secretaria Municipal de Obras Públicas será responsável pelo acompanhamento, medição e fiscalização da execução, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a observância das condições contratuais e a qualidade técnica dos serviços executados.

## **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

4.1. Os valores contratuais poderão ser reajustados anualmente, com base no índice previsto no edital (preferencialmente o IPCA/IBGE), nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Em caso de desequilíbrio econômico-financeiro comprovado, poderá ser promovido o reajuste extraordinário, mediante apresentação de documentação técnica e parecer da área financeira e jurídica, observando o disposto nos arts. 124 e 125 da mesma Lei.

## **CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO**

5.1. I. A contratada apresentará a nota fiscal eletrônica acompanhada do relatório mensal de medição, até o 5º dia útil do mês subsequente;

II. A fiscalização realizará análise e conferência da documentação, podendo solicitar diligências



ou ajustes;

III. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após o ateste definitivo, conforme o art. 145 da Lei nº 14.133/2021;

IV. Serão exigidas comprovações de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e FGTS, além de certidões negativas de débitos;

V. Em caso de glosa parcial, a contratada deverá justificar tecnicamente a divergência e apresentar correção em até 5 dias úteis.

Disposições complementares:

I. O pagamento está condicionado à inexistência de pendências contratuais ou infrações administrativas;

II. Havendo atraso injustificado na execução dos serviços ou reincidência de falhas, a Administração poderá aplicar glosa proporcional no valor da medição, sem prejuízo das sanções cabíveis;

III. O reajuste contratual observará o índice oficial previsto no edital (INCC ou IPCA), conforme o disposto no art. 135 da Lei nº 14.133/2021;

IV. Caso haja adiantamento de valores, este somente poderá ocorrer nas hipóteses do art. 145, §2º, da Lei nº 14.133/2021, mediante garantia correspondente.

## **CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

6.1. Em conformidade com os arts. 7º, 11, 115, 117 e 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por agentes públicos formalmente designados, que atuarão de maneira integrada, sistemática e documentalmente rastreável, garantindo o pleno atendimento das obrigações técnicas, operacionais, ambientais e de segurança previstas neste Termo de Referência.

Para tanto, ficam designados:

Gestora do Contrato: Larissa Xavier Camargos, Matrícula 30191;

Fiscal Técnico e analítico documental: Maurício Pontes, Matrícula 30201;

Autoridade Supervisora: César José Barbosa, Matrícula 10868.

A atuação conjunta desses agentes assegurará o rigor técnico, a qualidade da execução e a aderência às normas da ABNT, às Normas Regulamentadoras e às Resoluções ANEEL aplicáveis à iluminação pública.

6.2. A gestão e a fiscalização deste contrato serão realizadas nos termos dos arts. 11, 115, 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o acompanhamento técnico, administrativo e operacional da execução. Para tal finalidade, ficam designados: Larissa Xavier Camargos, Matrícula 30191, como Gestora do Contrato; Maurício Pontes, Matrícula 30201, como Fiscal Técnico e analítico documental; e César José Barbosa, Matrícula 10868, Secretário Municipal de Obras Públicas, na função de autoridade supervisora. Esses agentes serão responsáveis por assegurar a conformidade dos serviços com as normas técnicas, de segurança e ambientais aplicáveis.

6.3. Compete à fiscalização verificar a execução dos serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, acompanhar o cumprimento dos cronogramas, avaliar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e conferir o atendimento às normas ABNT (especialmente NBR 5101, 5410 e 15129) e às NRs de segurança, como NR-10 e NR-35. A fiscalização deverá ainda registrar evidências fotográficas georreferenciadas, manter checklists padronizados e garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos mediante apresentação de Certificado de Destinação Final (CDF).





6.4.A Gestora do Contrato será responsável por consolidar as informações da fiscalização e elaborar relatórios técnicos mensais, contendo medições, indicadores de desempenho, análises de conformidade e registro de ocorrências. Esses relatórios serão submetidos para ateste e integrarão o processo de controle da execução contratual, permitindo rastreabilidade e transparência.

6.5.Reuniões técnicas mensais serão realizadas entre a Administração e a contratada, para avaliação dos indicadores de desempenho (KPIs), análise de metas, discussão de desvios e definição de medidas corretivas e preventivas. Essas reuniões serão registradas em ata e comporão o histórico de governança contratual.

6.6.Toda a execução deverá ser registrada em sistema informatizado, com rastreabilidade completa das intervenções, permitindo auditoria pela Controladoria Interna e demais órgãos de controle. A ausência ou inconsistência de documentos, dados operacionais ou evidências técnicas poderá ensejar glosa, advertência ou outras penalidades previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **7.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1.1. a) Disponibilizar equipes técnicas qualificadas, devidamente uniformizadas e identificadas, com comprovação de capacitação em NR-10 e NR-35;

b) A contratada deverá manter equipes técnicas residentes no município durante todo o período contratual;

c) Disponibilidade imediata de materiais de reposição, mantidos em estoque próprio ou em ponto comercial físico instalado no município, de modo a assegurar a pronta execução dos serviços.

d) Manter à disposição veículos e equipamentos apropriados, incluindo caminhões com cesto aéreo isolado, ferramentas dielétricas, dispositivos de medição e materiais de reposição;

e) Cumprir integralmente o cronograma de manutenção preventiva e os prazos de atendimento corretivo e emergencial;

f) Responsabilizar-se pela integridade dos equipamentos, ferramentas e EPIs utilizados;

g) Adotar todas as medidas de segurança do trabalho e ambientais exigidas por lei;

h) Garantir a rastreabilidade dos serviços, por meio de registros digitais e relatórios fotográficos georreferenciados;

i) Submeter à fiscalização relatórios mensais contendo número de pontos atendidos, tempo médio de atendimento, ocorrências registradas e índice de pontos operantes;

j) Emitir e apresentar Certificados de Destinação Final (CDF) para todos os resíduos e materiais descartados;

k) Reparar, às suas expensas, quaisquer danos causados a bens públicos ou privados decorrentes da execução dos serviços;

l) Manter comunicação direta e contínua com a fiscalização municipal, por meio de canal oficial disponibilizado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas;

m) Executar todos os serviços descritos neste Termo de Referência, de forma contínua, segura e conforme as normas técnicas aplicáveis;

n) Fornecer mão de obra qualificada, materiais, veículos, equipamentos e ferramentas necessários à perfeita execução dos serviços;

o) Cumprir integralmente as normas de segurança e saúde do trabalho, especialmente as NR-10 e NR-35, garantindo o uso de EPIs e EPCs certificados;

p) Manter em operação central de controle e comunicação disponível 24h para registro de ocorrências e acionamento de equipes de campo;





- q) Apresentar relatórios mensais de desempenho, contendo dados de produtividade, índices de pontos operantes, indicadores de desempenho e registros fotográficos;
- r) Permitir livre acesso da fiscalização aos locais de execução dos serviços, disponibilizando todos os documentos e informações solicitadas;
- s) Garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mediante emissão de Certificados de Destinação Final (CDF);
- t) Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência contratual.

### **7.1.2. Proximidade Operacional**

7.1.2.1. Considerando que os serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial da rede de iluminação pública do Município de São Gotardo/MG possuem caráter essencial, contínuo e inadiável, a empresa contratada deverá manter base operacional ou ponto de apoio técnico em localidade situada em São Gotardo/MG ou em município limítrofe, de modo a garantir o atendimento emergencial no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme item 3.3 deste Termo de Referência.

7.1.2.2. Essa exigência justifica-se pela necessidade de assegurar a eficiência logística, a pronta resposta às ocorrências críticas, o cumprimento das metas de desempenho (KPIs) e a redução de riscos operacionais e de segurança elétrica da população, conforme os arts. 11, inciso II, 12, inciso I, e 115 da Lei Federal nº 14.133/2021, que tratam da eficiência, planejamento e desempenho contratual.

7.1.2.3. A comprovação da estrutura local poderá ser realizada mediante apresentação de declaração de disponibilidade de base operacional, contendo endereço, meios de contato e comprovação de capacidade técnica para armazenamento de materiais, veículos e equipamentos necessários à execução contratual.

### **7.1.3. Rondas de Inspeção Técnica**

- a) Realizar rondas técnicas de inspeção diurnas e noturnas em intervalos regulares, com o objetivo de identificar falhas, anomalias e inconformidades nos pontos de iluminação pública, mesmo sem solicitação da Administração;
- b) As rondas deverão abranger 100% do território urbano, distritos e povoados, com foco em vias principais, praças, parques e locais de grande circulação;
- c) Cada ronda deverá gerar relatório digital georreferenciado, contendo mapa de percurso, pontos verificados, defeitos identificados e ações corretivas executadas;
- d) A periodicidade mínima será de uma ronda completa a cada quinze dias, podendo ser aumentada por determinação da fiscalização, conforme a demanda e criticidade das áreas;
- e) Os relatórios de rondas integrarão o sistema informatizado de gestão contratual e serão considerados indicadores de desempenho (KPI) para fins de avaliação mensal;
- f) O não cumprimento das rondas técnicas de inspeção constituirá infração contratual, sujeita à glosa proporcional e às demais penalidades previstas neste Termo e na legislação aplicável.

## **7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.2.1. a) Fornecer à contratada todas as informações e documentos necessários à execução dos serviços;
- b) Designar formalmente o gestor e os fiscais técnicos do contrato;
- c) Atestar os serviços executados e autorizar os pagamentos de acordo com as medições apresentadas;



- d) Comunicar formalmente quaisquer falhas ou irregularidades verificadas na execução dos serviços;
- e) Assegurar condições de acesso às áreas de intervenção e colaborar para a execução eficiente do contrato.
- f) Designar gestor e fiscais técnicos do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- g) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, adotando as medidas corretivas necessárias;
- h) Emitir ordens de serviço, autorizações e notificações relacionadas às manutenções e substituições;
- i) Proceder à medição e conferência mensal dos serviços executados, atestando as faturas correspondentes;
- j) Efetuar os pagamentos conforme cronograma e medições devidamente atestadas
- k) Disponibilizar informações e apoio técnico necessários à execução dos serviços;
- l) Comunicar formalmente à contratada qualquer irregularidade observada.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

8.1. A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

8.2. A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

8.3. A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

8.4. A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.5. A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.5.1 A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

8.6. A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

8.6.1. À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

8.6.1.1. A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.



8.7. A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

8.7.1. A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

8.7.2. A Contratada que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

8.8. A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

8.9. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

8.10. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

## **9. CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO:**

9.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.3. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.4. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.5. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.9. Fraudar a licitação;



10.2. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.2.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.2.2. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.3. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2.4. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.4.1. advertência;

10.2.4.2. multa;

10.2.4.3. impedimento de licitar e contratar;

10.2.4.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.2.4.1 e seguintes, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





CNPJ: 18.602.037/0001-55 – INSC. EST. ISENTO

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por COMISSÃO composta por 2 (dois) ou mais servidores esta, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Demais critérios e análises, bem como percentuais de multa estarão previstos na Minuta de Contrato Administrativo elaborada pelo Setor Jurídico.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.111/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

11.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As dotações orçamentárias para custear as despesas decorrentes com as aquisições do objeto desta licitação serão realizados da seguinte forma:

A execução do objeto está tecnicamente alinhada ao Plano Plurianual (PPA 2025–2026) e à Lei Orçamentária Anual (LOA 2025), sob a dotação 560 Fonte: 1751– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, vinculada ao Programa 15.451.0010.2.020 – Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

a) Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.

b) Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

c) Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.

d) Excetuam-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pelo titular da Secretaria ou da Entidade em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- CONSIDERAÇÕES GERAIS**





15.1. Durante a execução do contrato, deverão ser observadas as melhores práticas de gestão pública e controle técnico, com utilização de sistemas informatizados e relatórios georreferenciados, permitindo rastreabilidade, auditoria e integração com os órgãos de controle interno e externo.  
15.2. A fiscalização técnica municipal deverá manter acompanhamento contínuo, emitindo relatórios mensais de conformidade e desempenho, garantindo que os serviços sejam executados com eficiência, segurança, sustentabilidade e aderência às normas da ABNT e da ANEEL.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Gotardo/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação.

São Gotardo/MG, ..... de ..... de 2025.

**MAKOTO EDISON SEKITA**  
Prefeito Municipal de São Gotardo – MG  
Contratante

**CÉSAR JOSÉ BARBOSA**  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano//Obras Públicas

\_\_\_\_\_  
Nome do representante legal da Contratada  
Razão social da Contratada